



FACULDADE DO FUTURO

CURSO DE PSICOLOGIA

**A ATUAÇÃO DA PSICOLOGIA FRENTE À INCLUSÃO ESCOLAR DE ALUNOS COM
AUTISMO E DEFICIÊNCIA INTELECTUAL**

**THE ACTION OF PSYCHOLOGY IN FRONT OF SCHOOL INCLUSION OF STUDENTS
WITH AUTISM AND INTELLECTUAL DISABILITIES**

**LA ACCIÓN DE LA PSICOLOGÍA FRENTE A LA INCLUSIÓN ESCOLAR DE
ESTUDIANTES CON AUTISMO Y DISCAPACIDAD INTELECTUAL**

KÉSIA CRISTINA BOREL DA SILVA

MAIRA APARECIDA DA CUNHA

MANHUAÇU

2020



ACULDADE DO FUTURO - FAF

URSO DE GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

KÉSIA CRISTINA BOREL DA SILVA

MAIRA APARECIDA DA CUNHA

**A ATUAÇÃO DA PSICOLOGIA FRENTE À INCLUSÃO ESCOLAR DE ALUNOS COM
AUTISMO E DEFICIÊNCIA INTELECTUAL**

**THE ACTION OF PSYCHOLOGY IN FRONT OF SCHOOL INCLUSION OF STUDENTS
WITH AUTISM AND INTELLECTUAL DISABILITIES**

**LA ACCIÓN DE LA PSICOLOGÍA FRENTE A LA INCLUSIÓN ESCOLAR DE
ESTUDIANTES CON AUTISMO Y DISCAPACIDAD INTELECTUAL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado a Banca Examinadora do Curso de Graduação em Psicologia da Faculdade do Futuro, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Psicologia.

Orientador (a): Prof. Juliana Márcia Fonseca.

MANHUAÇU

2020

DEDICATÓRIA

Este projeto de pesquisa é dedicado ao meu querido avô Luiz Miranda (in memoriam), maior exemplo de um ser humano íntegro e ético, cujo empenho em me educar sempre veio em primeiro lugar. Aqui estão os resultados dos seus esforços. Com muita gratidão.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos primeiro a Deus por ter nos mantido na trilha certa durante este projeto de pesquisa com saúde e forças para chegar até o final.

Somos gratas à nossas famílias pelo apoio que sempre nos deram durante toda a nossa vida. As minhas irmãs, Helena Borel e Melissa Borel que mesmo tão pequenas compreenderam minhas ausências em decorrência dos estudos ao longo dos anos. Agradeço ao meu namorado Valmo José Penna Moreira que sempre esteve ao meu lado durante o meu percurso acadêmico.

Ao Eduardo criança com autismo que tive a honra de trabalhar dentro da educação infantil, a sua luta nos incentivou direta e indiretamente para que este trabalho ajude tantas outras crianças que passaram, passa ou que possam vir a passar o mesmo no processo de inclusão.

Aos nossos amigos agradecemos pelos incentivos e companheirismo nos momentos difíceis encontrados ao longo da graduação. A todos os meus colegas do curso de graduação que compartilharam dos inúmeros desafios que enfrentamos, sempre com o espírito colaborativo.

Deixamos um agradecimento especial a nossa professora Juliana orientadora do nosso trabalho. Somos gratas pela confiança depositada em nosso projeto. Obrigada pelo incentivo e pela dedicação durante todo o processo.

Também quero agradecer à Faculdade do Futuro e a todos os professores do meu curso pela elevada qualidade do ensino oferecido.

EPÍGRAFE

“Nunca deixe que ninguém o pare ou o envergonhe por ser você mesmo”.

Lizzo

(Cantora norte-americana)

RESUMO

O objetivo dessa pesquisa é analisar a atuação da psicologia a frente da inclusão escolar de alunos com Autismo (TEA) e Deficiência Intelectual (DI). É uma pesquisa qualitativa, baseada na revisão narrativa, de análise bibliográfica para levantamento de dados. Portanto, conclui-se que o profissional da psicologia exerce um papel fundamental no contexto de inclusão escolar, promovendo o bem estar subjetivo e social dos alunos em processo de inclusão escolar.

PALAVRAS-CHAVES: Inclusão Escolar; Deficiência Intelectual (DI); Autismo (TEA).

ABSTRACT

The objective of this research is to analyze the role of psychology in front of the school inclusion of students with Autism (ASD) and Intellectual Disability (ID). It is a qualitative research, based on narrative review, from bibliographic analysis to data collection. Therefore, it is concluded that the psychology professional plays a fundamental role in the context of school inclusion, promoting the subjective and social well-being of students in the process of school inclusion.

KEYWORDS: School Inclusion; Intellectual Disability (ID); Autism (ASD).

ABSTRACTO

El objetivo de esta investigación es analizar el papel de la psicología frente a la inclusión escolar de estudiantes con Autismo (TEA) y Discapacidad Intelectual (DI). Es una investigación cualitativa, basada en la revisión narrativa, desde el análisis bibliográfico hasta la recopilación de datos. Por tanto, se concluye que el profesional de la psicología juega un papel fundamental en el contexto de la inclusión escolar, promoviendo el bienestar subjetivo y social de los estudiantes en el proceso de inclusión escolar.

PALABRAS CLAVE: Inclusión escolar; Discapacidad intelectual (ID); Autismo (TEA).

1-INTRODUÇÃO

1.1 – A CONTEXTUALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO NO BRASIL

A história da Educação no Brasil passa por várias mudanças e transformações ao longo dos séculos, desde o início da sua criação até os dias atuais. Elas consistem em fases distintas que iniciaram no período colonial e seguem na adaptação às necessidades de ensino existentes.

A fase do período colonial teve seu início no ano de 1549 e se estendeu até o ano de 1808, essa fase iniciou-se com a chegada dos jesuítas com a companhia de Jesus, nome da missão que tinha por objetivo propagar a fé cristã, o chefe responsável pela missão era o Padre Manuel da Nóbrega, sacerdote jesuíta português. Os jesuítas trouxeram os primeiros ideais de ensino, criaram as primeiras escolas, onde foram divididas em dois modelos de ensino com métodos diferentes, uma para os indígenas e outra para as crianças filhas de colonizadores (SILVA e AMORIM, 2017).

Em 1759 com a saída dos jesuítas se tornou um estado laico com o ensino público e com aulas régias, mas ainda manteve o seu ensino religioso. Mesmo tendo um ensino público negros, e mulheres não tinha acesso a nenhuma forma de alfabetização. Os homens brancos tinham que estudar em instituições de ensino religioso ou na Europa (SILVA e AMORIM, 2017).

A fase da família real no Brasil teve seu início no ano de 1808 se estendendo até o ano de 1822. Com a vinda de Dom João VI e sua iniciativa em melhorias de ensino, proporcionou a abertura de academias militares, jardim botânico, biblioteca real e museu real, mesmo com a iniciativa a educação continuou sendo de importância secundária (FRANÇA, 2008).

A fase do império iniciou-se em 1822 e se estendeu até 1889. No ano de 1824 a constituição manteve o princípio da liberdade de ensino, visando a instrução primária, ofertada gratuitamente a todos os cidadãos sem exceção. Em 1827, no dia 15 de outubro foi aprovada a lei sobre o ensino elementar, onde determinou que fosse feita a implantação de escolas de primeiro ensino em todos os vilarejos e cidades. A denominada escola normal foi fundada em 1835 em Niterói, ela foi a primeira escola construída para a formação de professores, assim separando a escola de preparação de professores do ensino superior (FRANÇA, 2008).

A fase da primeira república teve seu início no ano de 1889 e se estendeu no ano de 1930. O ensino ainda continua sendo secundário com o intuito de preparar para o ensino superior. Nos períodos anteriores o ensino era realizado em conjunto, as séries não eram separadas por faixa etária, somente com o início da primeira república que surgiu o ensino seriado, séries passaram a ser separadas por faixa etária (FRANÇA, 2008).

Na fase da era Vargas, teve seu início no ano de 1930 e se estendeu até o ano de 1945, ainda no ano de 1930, mas precisamente no dia 14 de novembro pelo decreto 19.402 foi criado o ministério da educação. Ainda na era Vargas iniciou-se a valorização e importância de jogos e exercícios para a melhoria na percepção e motricidade dos alunos (BRITO, 2006).

A fase da república populista, teve seu início no ano 1946 até o ano de 1964, no ano de 1946 foi criada a Lei Orgânica do Ensino Primário e Normal, a época da república ainda contou com as experiências de Paulo Freire, consolidando seu próprio método de alfabetização. Com o fim dessa fase, iniciou-se o regime militar. Na fase do regime militar, iniciou-se no ano de 1964 até o ano de 1985, no ano de 1967 criou-se o movimento brasileiro de alfabetização, com o intuito de reduzir entre a população adulta o analfabetismo.

A fase democrática, que até o presente momento consiste na última fase, iniciou-se no ano de 1985 e se estende até os dias atuais. Na constituição de 1988 a educação esteve bastante presente, no ano de 1993 houve movimentos a favor da inclusão escolar, já em 1995 foi criado o Conselho Nacional da Educação. No ano de 1998 foi criado o Exame Nacional de Ensino Médio (ENEM), com o intuito do aluno ingressar no ensino superior (FRIGOTTO e CIAVATTA, 2003).

A última fase da educação no Brasil ainda está sendo construída, com a busca de melhorias para os ensinos primários, fundamentais, médios e superiores, com a necessidade de inclusão para aqueles que necessitam de educação especial, inclusiva, entre outros aspectos.

1.2 – A EDUCAÇÃO ESPECIAL INCLUSIVA

A educação especial visa o atendimento/acolhimento a qualquer aluno que apresente deficiência ou necessidades educacionais especiais (NEE), sejam elas de aprendizado ou

desenvolvimento, em instituições seja ela específicas ou regular. A Secretaria de Educação Especial (SEESP), através do documento de Política Nacional da Educação Especial que visa orientar os serviços prestados de forma pública na área, reconhece educação inclusiva como:

[...] um processo que visa a promover o desenvolvimento das potencialidades de pessoas portadoras de deficiências, condutas típicas ou altas habilidades, e que abrange os diferentes níveis e graus do sistema de ensino. Fundamenta-se em referenciais teóricos e práticos compatíveis com as necessidades específicas de seu alunado. O processo deve ser integral, fluindo desde a estimulação essencial até os graus superiores de ensino. Sob esse enfoque sistêmico, a educação especial integra o sistema educacional vigente, identificando-se com sua finalidade, que é a de formar cidadãos conscientes e participativos (BRASIL, MEC/SEESP, 1994, p.17).

Na educação inclusiva, que contém uma política de cunho social, visando à inclusão de todo e qualquer estudante que necessite de educação especial nas escolas que ofertam o ensino regular. Sendo assim seu conceito mais amplo é o disposto na Declaração de Salamanca criada no ano de 1994, marcando o início da trajetória da educação inclusiva.

O princípio desta linha de Ação é de que as escolas devem acolher todas as crianças independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, lingüísticas ou outras. Devem acolher com deficiência e crianças bem dotadas, crianças que vivem nas ruas e que trabalham, crianças de minorias lingüística, étnicas ou culturais e crianças de outros grupos ou zonas desfavoráveis ou marginalizadas (1994, p. 17 – 18).

A educação especial inclusiva não está presente desde o início da alfabetização, antigamente as pessoas com deficiência eram excluídas da educação, até meados da década de 50 as pessoas com deficiência era ensinados em instituições a parte, já no ano de 1970 começou o movimento para integração dos indivíduos de forma social, a partir dessa época os governantes começaram a ter uma preocupação acarretando a construção de instituições privadas e públicas de órgãos estaduais e federais para a integração desses indivíduos (MIRANDA, 2008).

Ao longo da trajetória da educação especial inclusiva, até os dias de hoje, encontra-se grandes avanços e conquistas em termos de inclusão. Os indivíduos considerados pessoa com deficiência, passaram a ser reconhecidos como alunos que possuem suas diferenças, sejam elas pessoais, sociais, culturais e etc. Através desse

reconhecimento foi possível trabalhar na melhor forma de inseri-los no convívio social que e inclui-los no ensino regular.

1.2.1– COMO A LEGISLAÇÃO BRASILEIRA ENXERGA A EDUCAÇÃO ESPECIAL INCLUSIVA

A década de 70 foi marcada pelo início dos debates e questionamentos acerca da inclusão das pessoas com deficiência no âmbito escolar, precisamente no ano de 1972 o Conselho de Educação expressou em um Parecer em 10 de agosto, onde verbalizou que a educação de indivíduos especiais era vista como um contorno da escolarização e não como linha escolar, ou seja, como educação escolar de forma regular e inclusiva. A proposta do parecer foi efetivada de forma contrária, em vez de um modelo educacional escolar, foi disponibilizada uma prestação de serviços em enfoque clínico para essas pessoas (MIRANDA, 2008; ROGALSKI, 2010).

Na Constituição Federal de 1988, no artigo 205 descreve que: “A educação é direito de todos e dever do Estado e da família”, no art. 206 destaca os princípios democráticos tais como: igualdade de condições para o acesso à escola e para a permanência na mesma, já no artigo 208 está assegurado o direito à educação a todos na rede de ensino regular, incluindo atendimento de indivíduos que necessitem de educação especial.

Em 24 de outubro de 1989 surgiu a Lei Federal N° 7.855, entre várias outras medidas, criou a Coordenadoria Nacional de integração da Pessoa com Deficiência (CORDE), que tem como principal missão apoiar e promover o desenvolvimento de programas que levam em conta a participação social e política da Pessoa Portadora de Deficiência, através de suas organizações representativas e de iniciativas comunitárias. Em 13 de julho de 1990 foi criada o Estatuto da Criança e do Adolescente, com o objetivo de proteger a integridade da criança e do adolescente no Brasil.

Já a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), n. 9.394/96 veio confirmando a obrigação do país em promover a educação contendo avanços significativos, sendo entre eles o acesso a educação especial de zero a seis anos. Descrito no artigo 58 desta lei, a educação especial deve ser ofertada no ensino regular e se necessário disponibilizar apoio especializado. No artigo 59 destaca formas didáticas diferenciadas, como métodos, recursos e técnicas educativos para o auxilia dos alunos

que não atingir o nível necessário para a conclusão do ensino, por decorrência da deficiência (ROGALSKI, 2010).

Continuando a trajetória de avanços do que diz respeito às leis que regulamentam a educação especial no Brasil temos que em 2007, foi implementado o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), tendo como propósito a formação de professores para a educação especial, implantação de salas destinadas para recursos multifuncionais, acessibilidade dos prédios escolares e monitoramento do acesso à escola dos favorecidos pelo Benefício de Prestação Comunitária (MIRANDA, 2008).

E em 6 de julho de 2015 foi instituída a Lei N° 13.146 - Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, presente no Estatuto da Pessoa com Deficiência, proposta com o intuito de assegurar e promover, em condições igualitárias o exercício dos direitos e das liberdades da pessoa com deficiência, e sua inclusão social e o direito à cidadania. Fechando de forma significativa o primeiro ciclo de mudanças dentro desta proposta de melhoria do acesso ao ensino, para as pessoas com deficiência (ROGALSKI, 2010).

1.3 –O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO E A INCLUSÃO DO ALUNO COM AUTISMO E DO ALUNO COM DEFICIENCIA INTELECTUAL.

O atendimento educacional especializado, historicamente e popularmente é o ensino ofertado a indivíduos com deficiências, entre elas, física, auditiva, visual, motora, mental, com distúrbios de desenvolvimento e as pessoas consideradas superdotadas. Algumas destas necessitam de acompanhamentos terapêuticos, e/ou clínicos durante a trajetória escolar até depois dela (FÁVERO et. al., 2007).

O estatuto da criança e do adolescente (ECA, 1990) garante ao aluno com necessidades especiais direito ao atendimento especializado pela escola, segundo Art. 54, parágrafo III, “É dever do estado, assegurar à criança e ao adolescente atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência preferencialmente na rede de ensino regular”.

O atendimento educacional especializado (AEE) foi uma novidade proposta pela Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva no ano de 2008, sendo ofertada de forma obrigatória nas redes de ensino publicas ou privadas. Os

alunos são atendidos em suas próprias escolas, de forma individual, em um espaço físico destinado exclusivamente para o AEE, chamado sala de recursos.

A sala de recursos é comandada por um professor diferente do contexto de sala de aula regular, esse atendimento individual disponibilizado na educação especial visa complementar o ensino obtido em sala de aula, auxiliando a eliminar as barreiras das dificuldades que impedem o aluno de acompanhar o ensino, e auxilia na criação de autonomia para dentro e fora do contexto escolar.

Os alunos diagnosticados com transtorno do espectro autista e deficiência intelectual se encaixam para o atendimento educacional especializado. Os dois além de se enquadrarem nesse atendimento, também compartilham da categoria de transtornos do neurodesenvolvimento. Segundo o DSM-5:

Os transtornos do neurodesenvolvimento são um grupo de condições com início no período do desenvolvimento. Os transtornos tipicamente se manifestam cedo no desenvolvimento, em geral antes de a criança ingressar na escola, sendo caracterizados por déficits no desenvolvimento que acarretam prejuízos no funcionamento pessoal, social, acadêmico ou profissional. Os déficits de desenvolvimento variam desde limitações muito específicas na aprendizagem ou no controle de funções executivas até prejuízos globais em habilidades sociais ou inteligência. (DSM-5, 2014, p.39)

Dentro da educação especial, o processo de inclusão propõe mudanças que englobam os alunos com necessidades como os demais alunos, quadro de funcionários e familiares. A inclusão se propõe a acolher todos os alunos respeitando todas as suas diferenças e particularidades, assim reconhecendo as necessidades desses.

1.4- O PSICÓLOGO NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A psicologia dentro do contexto escolar, não tem seu papel voltado somente para a aplicação de teste e conseqüentemente a emissão de laudos, nesse contexto ela deve auxiliar e acompanhar o aluno que apresente necessidade de uma educação inclusiva, fornecendo técnicas e métodos teóricos e práticos para a inclusão desse aluno dentro da escola regular visando sua socialização com os demais e uma melhor adaptação, estimulando sua aprendizagem. (SILVA e SACRAMENTO, 2019)

A atuação do psicólogo deve ser pautada na avaliação do meio ambiente no qual a pessoa vive e nas condições adaptativas da mesma de modo a prover uma intervenção em acordo com as demandas do sujeito. Ela pode ocorrer em diversos contextos e sob a orientação de diversas abordagens teóricas, o

que vai mudar são as estratégias utilizadas e os caminhos percorridos, mas os objetivos a serem alcançados e a ética na execução da intervenção, esses são únicos. Os objetivos devem ser traçados em acordo com o atendido e sua dinâmica (família, escola, comunidade, etc.) seguindo os preceitos éticos da profissão e do grupo ao qual pertencem. (CAETANO e MENDES, 2013, p.2582)

De acordo com o Código de Ética Profissional do Psicólogo, aprovado pela Resolução CFP 010/05, o profissional da psicologia deve: disponibilizar um atendimento baseado no respeito, dignidade, sem distinção, de forma igualitária, promovendo saúde e bem estar, atuando com responsabilidade social tendo em vista o contexto seja político, econômico, cultural, tendo como principal ética profissional proposta pelo código.

Ao prestar serviço voltado para crianças e adolescentes deve se seguir procedimentos como apresentado no Art. 8º “Para realizar atendimento não eventual de criança, adolescente ou interdito, o psicólogo deverá obter autorização de ao menos um de seus responsáveis, observadas as determinações da legislação vigente: §1º – No caso de não se apresentar um responsável legal, o atendimento deverá ser efetuado e comunicado às autoridades competentes;”. (CONCELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2005, p. 12-13)

O trabalho do psicólogo atuando com crianças dentro do espectro autista e deficiência intelectual, no que diz respeito a sua inclusão escolar, pode proporcionar, um melhor desenvolvimento psíquico, social ou de aprendizagem, pontuando as características de cada criança identificando o que cada uma apresenta de melhor, trabalhando suas limitações e reforçando suas habilidades, contribuindo assim para a sua integração na sociedade, no contexto familiar e principalmente no contexto escolar. (SILVA e SACRAMENTO, 2019; MIRANDA e RIBEIRO, 2018)

Percebemos que o trabalho do psicólogo pode ser bastante amplo dentro da educação inclusiva, seja a assistência e orientação de pais e professores, como o trabalho com a criança com que necessita de atendimento especializado, seja ela alunos com espectro autista ou com deficiência intelectual. Sendo assim o psicólogo deve estar em constante aprendizado para melhor o atendimento ao aluno, para uma melhor capacitação de equipe e informar os pais dos direitos daquela criança quando aluna da educação inclusiva, prestando um trabalho de qualidade. (MIRANDA e RIBEIRO, 2018)

2- PROBLEMA DE PESQUISA

Dentro desse contexto, a pesquisa visa analisar: Como a psicologia pode atuar e contribuir para a efetivação do processo de inclusão escolar de alunos com autismo e deficiência intelectual? Considerando as diferentes modalidades de atendimento educacional especializado.

No contexto da educação inclusiva, qual a interface existente entre psicologia e educação? Qual o papel da psicologia dentro das diferentes modalidades de ensino especial? Como a psicologia pode atuar na educação inclusiva de alunos com autismo e deficiência intelectual?

3- OBJETIVOS

3.1- Objetivo Geral

O presente estudo tem como objetivo geral compreender por meio da literatura, a atuação do psicólogo no processo de inclusão escolar de alunos com autismo (TEA) e deficiência Intelectual (DI).

3.2- Objetivo Específico

- Estudar a perspectiva histórica da inclusão de alunos com autismo e deficiência intelectual, no Brasil.
- Compreender a funcionalidade da psicologia dentro das diferentes modalidades de ensino especial que recebem alunos com autismo e deficiência intelectual.
- Discutir sobre a prática do psicólogo no contexto da educação especial considerando a importância da profissão para a efetiva inclusão de alunos com autismo e deficiência intelectual.

4- METODOLOGIA

4.1- Caracterização da pesquisa

O método de pesquisa utilizado é uma revisão narrativa, onde foi usada a técnica de coleta de dados utilizando as plataformas Google Acadêmico, Capes e Scielo. A revisão narrativa possui publicações de caráter amplo, sob ponto de vista contextual ou teórico,

que propõe descrever e debater o desenvolvimento de determinado assunto. Basicamente é constituída por análise de literatura inserida em livros, interpretação de artigos de revistas eletrônicas e/ou impressas e análise de contexto crítico pessoal do autor.

Os artigos de revisão narrativa são publicações amplas, apropriadas para descrever e discutir o desenvolvimento ou o “estado da arte” de um determinado assunto, sob ponto de vista teórico ou contextual. As revisões narrativas não informam as fontes de informação utilizadas, a metodologia para busca das referências, nem os critérios utilizados na avaliação e seleção dos trabalhos. Constituem, basicamente, de análise da literatura publicada em livros, artigos de revistas/impressas e/ou eletrônicas na interpretação e na análise crítica pessoal do autor. (ROTHER, 2007)

A pesquisa foi desenvolvida a partir de pesquisa bibliográfica nos bancos de dados citados anteriormente, com abrangência nos últimos doze anos (2008-2020), no período de dezembro a junho de 2020, esse processo envolveu análise de dados qualitativos, com as palavras-chaves: inclusão escolar, deficiência intelectual (DI) e autismo (TEA). Os critérios de inclusão são: inclusão escolar, a psicologia na inclusão escolar e como o psicólogo pode contribuir nesse processo. Os artigos selecionados deveriam ter tema ou resumo relacionado com inclusão escolar.

5- RESULTADOS

Na plataforma “Google acadêmico”, de acordo com os métodos empregados para busca obteve-se a quantidade de 9.330 (nove mil, trezentos e trinta) resultados. Dentre estes resultados, 11 (onze) artigos foram selecionados. Com os métodos empregados na base de dados “SciELO”, obteve-se 509 (quinhentos e nove) resultados de busca, dentre os quais, 7 (sete) artigos foram selecionados. Na plataforma “Capes” foram descritas as palavras-chave e nenhum resultado foi encontrado na base de dados. De modo geral, foram selecionados um total de 18 (dezoito) artigos.

A busca nos possibilitou uma grande quantidade de artigos, sendo sua maioria específica dentro da inclusão escolar de forma geral. A pesquisa tem seu enfoque na deficiência intelectual e transtorno do espectro autista, a partir disso foram selecionados os artigos que embasasse e agregasse a pesquisa.

O “Gráfico 1” apresenta a relação de publicações por ano, dentre os 18 (dezoito) encontrados, nas bases de dados utilizadas, sendo no Google Acadêmico, os

dezessete foram publicados entre os anos 2006 e 2019. Na plataforma Scielo, os sete foram publicados entre os anos 2003 e 2017.



Como demonstrado, o ano em que mais se publicou sobre inclusão escolar, deficiência intelectual e autismo foi 2017 e a maioria dos artigos encontrados (e que são atuais) foram encontrados na base de dados do Google Acadêmico.

5.1- RESULTADO DESCRITIVO SOBRE O PROCESSO DE INCLUSÃO ESCOLAR QUE ACONTECE NO BRASIL *versus* INSERÇÃO DO PSICOLOGO NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO.

De acordo com o estudo realizado foi observado que a inclusão escolar, de pessoas com Deficiência Intelectual e pessoas com Autismo vêm se desenvolvendo ao longo dos anos. Iniciando em 1961 com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, com a política nacional da educação especial perpassando os anos surgiram decretos, resoluções e leis que discorrem sobre o assunto. E chegando ao contexto atual com a importância da inserção do psicólogo no processo de inclusão escolar.

As principais leis, decretos, resoluções, declarações sobre a temática, juntamente com a importância que ela traz para a educação inclusiva de pessoas com deficiência estão relatadas na tabela a seguir.

TABELA DE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

LEI	ANO	GANHO PARA EDUCAÇÃO INCLUSIVA
Nº 4.024 – Lei de Diretrizes e Bases Educacional Nacional (LDBEN)	1961	Fundamentou o atendimento educacional as pessoas com deficiência.
Nº 5.692 – Segunda Lei de Diretrizes e Bases Educacionais do Brasil	1971	Afirma que os alunos com deficiência física ou mentais, que apresentem atrasos considerável quanto a idade regular de matrícula ou superdotados deverão receber tratamento especial.
Constituição Federal – Artigo 208	1988	Afirma o dever do estado, garantir atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.
Nº 7.853 - Integração Social das Pessoas com Deficiência	1989	Obriga a inserção de escolas especiais, privadas e públicas, no sistema educacional e a oferta, obrigatória e gratuita, da Educação Especial em estabelecimento público de ensino. Em 1999 o decreto nº 3.298 regulamentou a mesma para a integração da pessoa portadora de deficiência e consolida as normas de proteção.
Declaração Mundial de Educação para Todos	1990	No documento da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), consta: “as necessidades básicas de aprendizagem das pessoas portadoras de deficiências requerem atenção especial. É preciso tomar medidas que garantam a igualdade de acesso à Educação aos portadores de todo e qualquer tipo de deficiência, como parte integrante do sistema educativo”. Na época ainda se usava o termo portador, que hoje não é mais utilizado.
Nº 8.069 – Estatuto da Criança e do Adolescente	1990	Garante o atendimento educacional especializado às crianças e adolescentes com deficiência preferencialmente na rede regular, trabalho protegido ao adolescente com deficiência e prioridade de atendimento nas ações e políticas públicas.
Declaração de Salamanca	1994	Trata de princípios, políticas e práticas das necessidades educativas especiais, e dá orientações para ações em níveis regionais, nacionais e internacionais sobre a estrutura de ação em Educação Especial. No que tange à escola, o documento aborda a administração, o recrutamento de educadores e o envolvimento comunitário, entre outros pontos.
Nº 9.394 – Lei de Diretrizes e Bases	1996	Haverá quando necessários serviços de apoio especializado na escola regular, para atender as peculiaridades da

da Educação (LDB)		clientela de educação especial.
Convenção de Guatemala	1999	A Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência, mais conhecida como Convenção da Guatemala, resultou, no Brasil, no Decreto nº 3.956/2001. O decreto brasileiro afirma que as pessoas com deficiência têm “os mesmos direitos humanos e liberdades fundamentais que outras pessoas e que estes direitos, inclusive o direito de não ser submetidas a discriminação com base na deficiência, emanam da dignidade e da igualdade que são inerentes a todo ser humano”. No vamente, o texto ainda utiliza a palavra “portador”, hoje não mais utilizado.
Nº 10.172 – Plano Nacional de Educação (PNE)	2001	A modalidade de Educação escolar deveria ser promovida em todos os diferentes níveis de ensino e que a garantia de vagas no ensino regular para diversos graus e tipos de deficiência.
Resolução CNE/CNB nº 2 (Conselho Nacional de Educação)	2001	Atendimento escolar dos alunos com deficiência tem início na educação infantil assegurando-lhes o serviço de educação especial sempre que se evidencie mediante avaliação e interação familiar e com a comunidade a necessidade do atendimento educacional especializado.
Resolução CNE/CP nº 1/2002	2002	Afirma que a formação dos professores deve incluir conhecimentos sobre crianças, adolescentes, jovens e adultos, aí incluídas as especificidades dos alunos com necessidades educacionais especiais.
Nº 10.436/02	2002	Reconhece como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais (Libras). Em 2005 o decreto nº 5.626/05 regulamenta a lei nº 10.436
Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos	2006	Inclusão de temas relacionados às pessoas com deficiência nos currículos das escolas.
Plano de Desenvolvimento de Educação (PDE)	2007	PDE trabalha com a infraestrutura das escolas, abordando a acessibilidade das edificações escolares, da formação docente e das salas de recursos multifuncionais.
Decreto nº 6.094/07	2007	Implementou o Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação MEC, reforçando a inclusão dos alunos com deficiência no sistema público de ensino.
Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva	2008	Documento que traça o histórico do processo de inclusão escolar no Brasil para embasar “políticas públicas promotoras de uma Educação de qualidade para todos os alunos”.
Decreto nº 6.571	2008	O decreto obriga a união a prestar apoio técnico e financeiro aos sistemas públicos de ensino no oferecimento da modalidade de AEE, e reforça que o atendimento educacional especializado deve estar integrado no projeto pedagógico escolar.
Resolução nº 4 CNE/CEB	2009	Orienta o estabelecimento do atendimento educacional especializado (AEE) na educação básica. A resolução serve para orientar os sistemas de ensino cumprirem o decreto nº

		6.571.
Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência	2009	Afirma que os países são responsáveis por garantir um sistema de Educação Inclusiva em todas as etapas de ensino. Foi aprovada pela ONU e o Brasil é um dos signatários.
Decreto nº 7.611	2011	Revoga o decreto nº 6.571 de 2008, e estabelece novas diretrizes acerca do dever do Estado com a Educação das pessoas publico da Educação Especial. Determina que o sistema educacional seja inclusivo em todos os níveis, o aprendizado seja ao longo da vida toda, e impede a exclusão do sistema escolar sob alegação de deficiência.
Decreto nº 7.480	2011	Mudança da Educação Especial e Inclusiva que eram definidos na Secretaria de Educação Especial (Seesp), para à Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (Secadi).
Nº 12.764	2012	A lei instituiu a Política Nacional dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista.
Plano Nacional de Educação (PNE)	2014	Sua meta é valer o tema da PNE de numero 4, onde promove universalizar o atendimento educacional especializado de preferência na rede regular com sistema educacional inclusivo, sala de recursos, classes, escolas e serviços especializados para a população de 4 a 17 anos com deficiência ou transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades ou superdotação.
Declaração de Incheon	2015	No Forum Mundial, em Incheon, Corréia do Sul, o Brasil participou e assinou a sua declaração final, se comprometendo com uma agenda conjunta por uma Educação de qualidade e inclusiva.
Objetivos de Desenvolvimento Sustentavel(Unesco)	2015	Originada da Declaração de Incheon, o documento traz 17 objetivos que devem ser implementados ate 2030. No item 4º tem como objetivo assegurar uma Educação Inclusiva, de qualidade e equitativa, e promover oportunidades e aprendizagem ao longo de toda a vida para todos.
Decreto Nº 9.465	2019	Extingue a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (Secadi), ao criarem a Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação. A pasta é composta por três frentes: Diretoria de Acessibilidade, Mobilidade, Inclusão e Apoio a Pessoas com Deficiência; Diretoria de Políticas de Educação Bilíngue de Surdos; e Diretoria de Políticas para Modalidades Especializadas de Educação e Tradições Culturais Brasileiras.

Fonte, autor (2020)¹

¹ Os dados da tabela construídos foram retirados do artigo: Educação inclusiva: Conheça o Histórico da Legislação sobre Inclusão que esta no site <https://todospelaeducacao.org.br/noticias/conheca-o-historico-da-legislacao-sobre-educacao-inclusiva/>.

A formação do psicólogo no Brasil tem se moldado de acordo com as mudanças socioculturais ao longo dos anos, e no que se refere ao seu trabalho na área da educação ainda é escasso em comparação com a atuação clínica. No Brasil esse contexto de psicólogo escolar tem crescido nas últimas décadas, mas mesmo com esse presente crescimento o profissional que opta pela área escolar/educacional ainda busca constantemente consolidar seu espaço. (MATTOS e NUERNBERG, 2010)

Dentro da educação especial, como modalidade de sistema educacional, os profissionais da psicologia já contam com um reconhecimento, por ser um profissional que atua com o desenvolvimento humano. Esse reconhecimento de que o psicólogo é importante dentro da perspectiva de educação inclusiva chegou aos dias atuais onde temos o projeto de lei nº 13.935, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2019 que dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica.

Ressaltamos que há em Minas Gerais aproximadamente 4 escolas de educação especial (BELO HORIZONTE – JUIZ DE FORA – CARANGOLA-MANHUAÇU). Segundo a Resolução SEE nº 4.256/2020 Art. 31 –“A escola especial é aquela que oferta exclusivamente a modalidade de ensino da Educação Especial e atende somente estudantes com deficiência intelectual moderada a grave, transtorno do espectro autista grave, e outras patologias decorrentes de problemas neurológicos ou congênitos, deficiências físicas sem comprometimento mental, comprovados e documentados por profissional da área da saúde, direcionados para escola regular”. (MINAS GERAIS, 2020)

Ainda no contexto das escolas especiais uma equipe de profissionais técnicos, fonoaudiólogo, psicólogo, terapeuta ocupacional, assistente social e fisioterapeuta, que compõe o quadro de apoio educacional especializado, dentro dessas instituições. (MINAS GERAIS, 2020)

O psicólogo dentro da equipe multidisciplinar está preparado para interferir no desenvolvimento da criança com a família, escola e a comunidade, assim permitindo que o aluno se desenvolva de acordo com as características cognitivas referentes ao transtorno apresentado. A qualidade de vida se tratando de pessoas com necessidades especiais é singular, específica de cada transtorno.

6- DISCUSSÃO

6.1- A PESSOA COM TRANSTONO DO ESPECTO AUTISTA NO CONTEXTO ESCOLAR

O transtorno do espectro autista é definido como um transtorno de desenvolvimento que traz prejuízo na comunicação e na interação social do indivíduo, acompanhados por comportamentos repetitivos. (SILVA e SACRAMENTO, 2019; ONZI e GOMES, 2005). O Manual Diagnóstico e Estatístico dos Transtornos Mentais (DSM-V) trás uma versão atualizada da definição do espectro autista.

O transtorno do espectro autista caracteriza-se por déficits persistentes na comunicação social e na interação social em múltiplos contextos, incluindo déficits na reciprocidade social, em comportamentos não verbais de comunicação usados para interação social e em habilidades para desenvolver, manter e compreender relacionamentos. Além dos déficits na comunicação social, o diagnóstico do transtorno do espectro autista requer a presença de padrões restritos e repetitivos de comportamento, interesses ou atividades. (DSM-5, 2014, p.39)

O transtorno em questão possui critérios diagnósticos que envolvem o desenvolvimento infantil dos 12 aos 24 meses, podendo os sintomas, serem reconhecidos antes dos 12 ou depois dos 24 meses, dependendo da gravidade dos sintomas apresentado. A tabela de níveis de gravidade para transtorno do espectro autista apresenta três níveis, do mais leve ao mais grave. (DSM-V, 2014)

De acordo com o DSM-V, os critérios diagnósticos para o transtorno do espectro autista baseiam – se em cinco critérios, sendo eles:

A) Déficits persistentes na comunicação social e na interação social em múltiplos contextos, conforme manifestado por tudo que segue, atualmente ou por história prévia; B) Padrões restritos e repetitivos de comportamentos, interesses ou atividades, conforme manifestado, atualmente ou por história prévia; C) Os sintomas devem estar presentes precocemente no período do desenvolvimento, mas podem não se tornar plenamente manifestados ate que as demandas sociais excedam as capacidades limitadas ou podem ser desmascarados por estratégias aprendidas mais tarde na vida; D) Os sintomas causam prejuízos clinicamente significativos no funcionamento social, profissional ou em outras áreas importantes da vida do indivíduo no presente; E) Essas perturbações não mais bem explicadas por deficiência intelectual (transtorno do desenvolvimento intelectual) ou por atraso global do desenvolvimento. Deficiência intelectual ou transtorno do espectro autista costumam ser comórbidos; o diagnostico da comorbidade do transtorno do espectro autista e deficiência intelectual, a comunicação social deve estar abaixo do esperado para o nível geral do desenvolvimento. Para diagnostico precisa apresentar pelo menos dois sintomas presentes nos critérios. (DSM-V, 2014, p. 50-51)

Nos prejuízos na comunicação e na interação social presentes no critério A, temos como exemplos: Déficits na reciprocidade socioemocional, presente em crianças pequenas com o transtorno, nele traz o prejuízo na capacidade de envolvimento com outros e compartilhamento de idéias e sentimento; Déficits em comportamentos de comunicação não verbal usados para interação sociais, tem seu uso reduzido, ausência ou atípico contato visual, gestos, orientações corporais, expressões faciais ou fala; Déficits para desenvolver, manter e compreender relações, o interesse social pode ser reduzido, ausente ou atípico, apresentando também passividade ou abordagem inadequada que possam parecer disruptivas ou agressivas. No critério B, nos comportamentos estereotipados e repetitivos e uso de objetos de forma repetitiva temos como exemplo o estalar os dedos e girar objetos a fim mesmo alinhar brinquedos, nos padrões ritualizados encontramos a dificuldade em mudança como exemplo dificuldades em transições e a persistência em aderir a regras, nos interesses fixos e limitados que tendem a ser considerados anormais pela sua intensidade temos nos casos de crianças pequenas o exemplo forte de apego, ou as preocupações com objetos considerados incomuns, na hiporreatividade ou hiper aos estímulos sensoriais encontramos como exemplo a indiferença a dor/temperatura. (DSM-V, 2014)

Os critérios precisam ser analisados juntamente com a especificidade referente à gravidade atual baseadas nos prejuízos encontrados na comunicação social e comportamentos restritivos e repetitivos, apresentados no DSM-V na tabela de níveis de gravidade.

Os especificadores de gravidade (Tabela 2) podem ser usados para descrever, de maneira sucinta, a sintomatologia atual (que pode situar-se aquém do nível 1), com o reconhecimento de que a gravidade pode variar de acordo com o contexto ou oscilar com o tempo. A gravidade de dificuldades de comunicação social e de comportamentos restritos e repetitivos deve ser classificada em separado. (DSM-V, 2014, p.51)

TABELA 2 Níveis de gravidade para transtorno do espectro autista

Nível de gravidade	Comunicação social	Comportamentos restritos e repetitivos
Nível 3 "Exigindo apoio muito substancial"	Déficits graves nas habilidades de comunicação social verbal e não verbal causam prejuízos graves de funcionamento, grande limitação em dar início a interações sociais e resposta mínima a aberturas sociais que partem de outros. Por exemplo, uma pessoa com fala inteligível de poucas palavras que raramente inicia as interações e, quando o faz, tem abordagens incomuns apenas para satisfazer a necessidades e reage somente a abordagens sociais muito diretas.	Inflexibilidade de comportamento, extrema dificuldade em lidar com a mudança ou outros comportamentos restritos/repetitivos interferem acentuatadamente no funcionamento em todas as esferas. Grande sofrimento/dificuldade para mudar o foco ou as ações.
Nível 2 "Exigindo apoio substancial"	Déficits graves nas habilidades de comunicação social verbal e não verbal; prejuízos sociais aparentes mesmo na presença de apoio; limitação em dar início a interações sociais e resposta reduzida ou anormal a aberturas sociais que partem de outros. Por exemplo, uma pessoa que fala frases simples, cuja interação se limita a interesses especiais reduzidos e que apresenta comunicação não verbal acentuatadamente estranha.	Inflexibilidade do comportamento, dificuldade de lidar com a mudança ou outros comportamentos restritos/repetitivos aparecem com frequência suficiente para serem óbvios ao observador casual e interferem no funcionamento em uma variedade de contextos. Sofrimento e/ou dificuldade de mudar o foco ou as ações.
Nível 1 "Exigindo apoio"	Na ausência de apoio, déficits na comunicação social causam prejuízos notáveis. Dificuldade para iniciar interações sociais e exemplos claros de respostas atípicas ou sem sucesso a aberturas sociais dos outros. Pode parecer apresentar interesse reduzido por interações sociais. Por exemplo, uma pessoa que consegue falar frases completas e envolver-se na comunicação, embora apresente falhas na conversação com os outros e cujas tentativas de fazer amizades são estranhas e comumente malsucedidas.	Inflexibilidade de comportamento causa interferência significativa no funcionamento em um ou mais contextos. Dificuldade em trocar de atividade. Problemas para organização e planejamento são obstáculos à independência.

(DSM-V, 2014, (Tabela 2), p.52)

Pensando então nas especificidades que existe em cada nível do transtorno, os alunos com TEA são público-alvo da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva e no Decreto N.6.571/2008 onde são atendidos na sala de recursos destinados ao trabalho com essas crianças com recursos adaptativos e lúdicos para a aprendizagem. O profissional responsável pela sala deve em primeiro momento identificar a necessidade/demanda apresentada pelo aluno para depois elaborar um planejamento com atividades que se adéquem a necessidade apresentada pela criança. Assim cada, planejamento e recursos utilizados tem que ser pensado de forma individual referente a demanda e necessidade a cada criança.(ROPOLI et al., 2010)

As atividades desenvolvidas no atendimento educacional especializado diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula comum, não sendo substitutivas à escolarização. Esse atendimento complementa e/ou suplementa a formação dos alunos com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela. (SANTOS et al., 2013)

6.2- ATUAÇÕES E CONTRIBUIÇÕES DO PSICOLOGO FRENTE À INCLUSÃO DO ALUNO COM TRANSTORNO DO ESPECTO AUTISTA

Um dos principais papéis do psicólogo é colaborar com o processo inclusão da criança com TEA, principalmente aquelas que têm dificuldades de socialização, essa colaboração é de importância para aluno e profissional, pois ela dá início a um processo de socialização que busca erradicar com a discriminação que ainda ocorre com estas crianças. A psicologia apresenta um papel importante, juntamente com a equipe escolar, uma vez que contribui na transformação do processo de aprendizagem tornando-o mais fácil e prático de acordo com as necessidades do aluno e com um suporte para pais e professores durante o processo. (SANTOS et al., 2013; SILVA e SACRAMENTO, 2019)

De acordo com SANTOS (et al., 2013) o psicólogo deve envolver-se com atividades que levem os estudantes a alcançarem o sucesso em áreas da sua vida, diminuindo fatores que levam a situações de risco, fracasso escolar e qualquer outro fator que possa vir a diminuir suas capacidades e ameaçar sua sanidade mental.

O trabalho de forma multidisciplinar em parceria do psicólogo com a grade multiprofissional da escola, juntamente com os familiares da criança, estão proporcionando um bem estar para a mesma, pois a promoção da saúde e bem estar da criança são uma das preocupações do psicólogo no contexto escolar. (SANTOS et al., 2013)

O profissional psicólogo também trabalha diretamente com a família, além da orientação que ocorre durante o processo, como o acolhimento dos sentimentos e expectativas que aparecem ao longo da inclusão. Assim sua preocupação é ajudar a escola, a família e a criança, a conviver com as diferenças, seguindo um caminho com adaptações tranquilas e eficazes. (SANTOS et al., 2013)

6.3- O ALUNO COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL NO CONTEXTO ESCOLAR

A deficiência intelectual é caracterizada pelas limitações em áreas como comunicação, aprendizagem, realização de atividades, que se comparadas a outras pessoas são áreas de desenvolvimento normal, ou seja, uma limitação das funções intelectual e adaptativa. O Manual Diagnóstico e Estatístico dos Transtornos Mentais traz uma definição mais ampla da deficiência.

A deficiência intelectual (transtorno do desenvolvimento intelectual) caracteriza-se por déficits em capacidades mentais genéricas, como raciocínio, solução de problemas, planejamento, pensamento abstrato, juízo,

aprendizagem acadêmica e aprendizagem pela experiência. Os déficits resultam em prejuízos no funcionamento adaptativo, de modo que o indivíduo não consegue atingir padrões de independência pessoal e responsabilidade social em um ou mais aspectos da vida diária, incluindo comunicação, participação social, funcionamento acadêmico ou profissional e independência pessoal em casa ou na comunidade. (DSM-V, 2014, p.39)

Para diagnóstico do transtorno de desenvolvimento intelectual, devem ser preenchidos os três critérios diagnósticos descritos no DSM-5. Sendo eles:

A. Déficits em funções intelectuais como raciocínio, solução de problemas, planejamento, pensamento abstrato, juízo, aprendizagem acadêmica e aprendizagem pela experiência confirmados tanto pela avaliação clínica quanto por testes de inteligência padronizados e individualizados. B. Déficits em funções adaptativas que resultam em fracasso para atingir padrões de desenvolvimento e socioculturais em relação a independência pessoal e responsabilidade social. Sem apoio continuado, os déficits de adaptação limitam o funcionamento em uma ou mais atividades diárias, como comunicação, participação social e vida independente, e em múltiplos ambientes, como em casa, na escola, no local de trabalho e na comunidade. C. Início dos déficits intelectuais e adaptativos durante o período do desenvolvimento (DSM-V, 2014, p. 33)

O critério A traz a referência ao funcionamento intelectual, onde envolve a solução de problemas, raciocínio, planejamento, aprendizagem educacional escolar, incluindo memória de trabalho, raciocínio quantitativo e perceptivo, compreensão verbal entre outros. (DSM-V, 2014)

O critério B traz os Déficits no funcionamento adaptativo, que se refere à forma que uma pessoa atinge os padrões da sociedade que esta inserida, nas formas de independência pessoal responsabilidade social em relação aos demais da mesma idade. Dentro do funcionamento adaptativo temos o raciocínio adaptativo que é dividido em três domínios: conceitual, social e prático. Domínio conceitual de referência a domínio acadêmico aborda competência em linguagem, memória, escrita, leitura, solução de problemas, entre outros. Domínio social envolve percepção de sentimentos e pensamentos, habilidades de comunicação interpessoal, empatia, entre outros. Domínio prático traz aprendizagem e autogestão da vida, auto cuidado, autocontrole comportamental, organização de tarefas escolares e profissionais, entre outros. (DSM-V, 2014)

O critério B é preenchido quando pelo menos um domínio do funcionamento adaptativo – conceitual, social ou prático – está suficientemente prejudicado a ponto de ser necessário apoio contínuo para que a pessoa tenha desempenho adequado em um ou mais de um local, tais como escola, local de trabalho, casa ou comunidade. Para que sejam atendidos os critérios diagnósticos de deficiência intelectual, os déficits no funcionamento adaptativo devem estar diretamente relacionados aos prejuízos intelectuais descritos no Critério A. O

Critério C, início durante o período do desenvolvimento, refere-se ao reconhecimento da presença de déficits intelectuais e adaptativos durante a infância ou adolescência. (DSM-V, 2014, p.38)

Após o preenchimento dos critérios deve-se especificar a gravidade atual da deficiência intelectual, sendo ela leve, moderada, grave e profunda como mostrado na tabela 1 presente no DSM-V (2014). Especificada através dos níveis de gravidade que são definidos a partir do funcionamento adaptativo. A gravidade é definida dessa forma, pois o funcionamento adaptativo determina o nível de apoio necessário ao indivíduo. (DSM-V, 2014)

TABELA 1 Níveis de gravidade para deficiência intelectual (transtorno do desenvolvimento intelectual)

Nível de gravidade	Domínio conceitual	Domínio social	Domínio prático
Leve	Em crianças pré-escolares, pode não haver diferenças conceituais óbvias. Para crianças em idade escolar e adultos, existem dificuldades em aprender habilidades acadêmicas que envolvam leitura, escrita, matemática, tempo ou dinheiro, sendo necessário apoio em uma ou mais áreas para o alcance das expectativas associadas à idade. Nos adultos, pensamento abstrato, função executiva (i.e., planejamento, estabelecimento de estratégias, fixação de prioridades e flexibilidade cognitiva) e memória de curto prazo, bem como uso funcional de habilidades acadêmicas (p. ex., leitura, controle do dinheiro), estão prejudicados. Há uma abordagem um tanto concreta a problemas e soluções em comparação com indivíduos na mesma faixa etária.	Comparado aos indivíduos na mesma faixa etária com desenvolvimento típico, o indivíduo mostra-se imaturo nas relações sociais. Por exemplo, pode haver dificuldade em perceber, com precisão, pistas sociais dos pares. Comunicação, conversação e linguagem são mais concretas e imaturas do que o esperado para a idade. Podem existir dificuldades de regulação da emoção e do comportamento de uma forma adequada à idade; tais dificuldades são percebidas pelos pares em situações sociais. Há compreensão limitada do risco em situações sociais; o julgamento social é imaturo para a idade, e a pessoa corre o risco de ser manipulada pelos outros (credulidade).	O indivíduo pode funcionar de acordo com a idade nos cuidados pessoais. Precisa de algum apoio nas tarefas complexas da vida diária na comparação com os pares. Na vida adulta, os apoios costumam envolver compras de itens para a casa, transporte, organização do lar e dos cuidados com os filhos, preparo de alimentos nutritivos, atividades bancárias e controle do dinheiro. As habilidades recreativas assemelham-se às dos companheiros de faixa etária, embora o juízo relativo ao bem-estar e à organização da recreação precise de apoio. Na vida adulta, pode conseguir emprego em funções que não enfatizem habilidades conceituais. Os indivíduos em geral necessitam de apoio para tomar decisões de cuidados de saúde e decisões legais, bem como para aprender a desempenhar uma profissão de forma competente. Apoio costuma ser necessário para criar uma família.

(DSM-V, 2014, (Tabela 1), p.34)

TABELA 1 Níveis de gravidade para deficiência intelectual (transtorno do desenvolvimento intelectual) (continuação)

Nível de gravidade	Domínio conceitual	Domínio social	Domínio prático
Moderada	Durante todo o desenvolvimento, as habilidades conceituais individuais ficam bastante atrás das dos companheiros. Nos pré-escolares, a linguagem e as habilidades pré-acadêmicas desenvolvem-se lentamente. Nas crianças em idade escolar, ocorre lento progresso na leitura, na escrita, na matemática e na compreensão do tempo e do dinheiro ao longo dos anos escolares, com limitações marcadas na comparação com os colegas. Nos adultos, o desenvolvimento de habilidades acadêmicas costuma mostrar-se em um nível elementar, havendo necessidade de apoio para todo emprego de habilidades acadêmicas no trabalho e na vida pessoal. Assistência contínua diária é necessária para a realização de tarefas conceituais cotidianas, sendo que outras pessoas podem assumir integralmente essas responsabilidades pelo indivíduo.	O indivíduo mostra diferenças marcadas em relação aos pares no comportamento social e na comunicação durante o desenvolvimento. A linguagem falada costuma ser um recurso primário para a comunicação social, embora com muito menos complexidade que a dos companheiros. A capacidade de relacionamento é evidente nos laços com família e amigos, e o indivíduo pode manter amizades bem-sucedidas na vida e, por vezes, relacionamentos românticos na vida adulta. Pode, entretanto, não perceber ou interpretar com exatidão as pistas sociais. O julgamento social e a capacidade de tomar decisões são limitados, com cuidadores tendo que auxiliar a pessoa nas decisões. Amizades com companheiros com desenvolvimento normal costumam ficar afetadas pelas limitações de comunicação e sociais. Há necessidade de apoio social e de comunicação significativo para o sucesso nos locais de trabalho.	O indivíduo é capaz de dar conta das necessidades pessoais envolvendo alimentar-se, vestir-se, eliminações e higiene como adulto, ainda que haja necessidade de período prolongado de ensino e de tempo para que se torne independente nessas áreas, talvez com necessidade de lembretes. Da mesma forma, participação em todas as tarefas domésticas pode ser alcançada na vida adulta, ainda que seja necessário longo período de aprendizagem, que um apoio continuado tenha que ocorrer para um desempenho adulto. Emprego independente em tarefas que necessitem de habilidades conceituais e comunicacionais limitadas pode ser conseguido, embora com necessidade de apoio considerável de colegas, supervisores e outras pessoas para o manejo das expectativas sociais, complexidades de trabalho e responsabilidades auxiliares, como horário, transportes, benefícios de saúde e controle do dinheiro. Uma variedade de habilidades recreacionais pode ser desenvolvida. Estas costumam demandar apoio e oportunidades de aprendizagem por um longo período de tempo. Comportamento mal-adaptativo está presente em uma minoria significativa, causando problemas sociais.

(DSM-V, 2014, (Tabela 1), p.35)

TABELA 1 Níveis de gravidade para deficiência intelectual (transtorno do desenvolvimento intelectual) (continuação)

Nível de gravidade	Domínio conceitual	Domínio social	Domínio prático
Grave	Alcance limitado de habilidades conceituais. Geralmente, o indivíduo tem pouca compreensão da linguagem escrita ou de conceitos que envolvam números, quantidade, tempo e dinheiro. Os cuidadores proporcionam grande apoio para a solução de problemas ao longo da vida.	A linguagem falada é bastante limitada em termos de vocabulário e gramática. A fala pode ser composta de palavras ou expressões isoladas, com possível suplementação por meios alternativos. A fala e a comunicação têm foco no aqui e agora dos eventos diários. A linguagem é usada para comunicação social mais do que para explicações. Os indivíduos entendem discursos e comunicação gestual simples. As relações com familiares e pessoas conhecidas constituem fonte de prazer e ajuda.	O indivíduo necessita de apoio para todas as atividades cotidianas, inclusive refeições, vestir-se, banhar-se e eliminação. Precisa de supervisão em todos os momentos. Não é capaz de tomar decisões responsáveis quanto a seu bem-estar e dos demais. Na vida adulta, há necessidade de apoio e assistência contínuos nas tarefas domésticas, recreativas e profissionais. A aquisição de habilidades em todos os domínios envolve ensino prolongado e apoio contínuo. Comportamento mal-adaptativo, inclusive autolesão, está presente em uma minoria significativa.
Profunda	As habilidades conceituais costumam envolver mais o mundo físico do que os processos simbólicos. A pessoa pode usar objetos de maneira direcionada a metas para o autocuidado, o trabalho e a recreação. Algumas habilidades visuoespaciais, como combinar e classificar, baseadas em características físicas, podem ser adquiridas. A ocorrência concomitante de prejuízos motores e sensoriais, porém, pode impedir o uso funcional dos objetos.	O indivíduo apresenta compreensão muito limitada da comunicação simbólica na fala ou nos gestos. Pode entender algumas instruções ou gestos simples. Há ampla expressão dos próprios desejos e emoções pela comunicação não verbal e não simbólica. A pessoa aprecia os relacionamentos com membros bem conhecidos da família, cuidadores e outras pessoas conhecidas, além de iniciar interações sociais e reagir a elas por meio de pistas gestuais e emocionais. A ocorrência concomitante de prejuízos sensoriais e físicos pode impedir muitas atividades sociais.	O indivíduo depende de outros para todos os aspectos do cuidado físico diário, saúde e segurança, ainda que possa conseguir participar também de algumas dessas atividades. Aqueles sem prejuízos físicos graves podem ajudar em algumas tarefas diárias de casa, como levar os pratos para a mesa. Ações simples com objetos podem constituir a base para a participação em algumas atividades profissionais com níveis elevados de apoio contínuo. Atividades recreativas podem envolver, por exemplo, apreciar ouvir música, assistir a filmes, sair para passear ou participar de atividades aquáticas, tudo isso com apoio de outras pessoas. A ocorrência concomitante de prejuízos físicos e sensoriais é barreira frequente à participação (além da observação) em atividades domésticas, recreativas e profissionais. Comportamento mal-adaptativo está presente em uma minoria significativa.

(DSM-V, 2014, (Tabela 1), p.36)

6.4- ATUAÇÕES E CONTRIBUIÇÕES DO PSICOLOGO FRENTE À INCLUSÃO DO ALUNO COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

A atuação do psicólogo na inclusão do aluno com deficiência intelectual é muito amplo, de um trabalho multiprofissional a um trabalho individual, onde sua prioridade é a adaptação e inclusão desse aluno na comunidade escolar. Muitas escolas e pais ainda não estão preparadas para essa inclusão e é aí que o papel do psicólogo fica mais importante.

O trabalho a ser realizado deve se levar em conta cada aluno, cada característica, particularidade, o meio em que aquela criança e sua família estão inseridas, para que o trabalho a ser realizado seja satisfatório e de forma a valorizar a importância daquela criança e a importância do processo educacional inclusivo. (MIRANDA e RIBEIRO, 2018)

A orientação familiar uma das atuações mais presentes no processo inclusivo, onde os profissionais acolhem as demandas familiares, os sentimentos, as expectativas, e faz um trabalho de aceitação, pois muitos dos pais não aceitam o diagnóstico, acham que os sintomas vão passar ao longo do tempo e que a seu filho poderá ser avaliado como uma criança normal. Essa falta de aceitação por parte da família pode vir a

prejudicar o processo de inclusão então o trabalho do psicólogo nessa questão é de extrema importância. (CAETANO e MENDES, 2013)

Uma contribuição no âmbito escolar é a orientação e programas de capacitações para professores, como citado antes a escola em sua maioria não esta preparada para receber os alunos com necessidades especiais, conseqüentemente seus professores também não, e nesse momento entra o psicólogo para orientar como se portar e como manejara sala de forma a incluir todos os alunos de formas iguais e que possam conduzir o aprendizado de forma a levar todos os alunos a terem a percepção de que eles são capazes de atingir o objetivo de aprendizado, cada um no seu ritmo e capacidade. (CAETANO e MENDES, 2013; MIRANDA e RIBEIRO, 2018)

Mas seu papel mais importante é o de conscientizar aquele aluno com deficiência intelectual de que não é por causa de seu diagnostico que ele tem que ser excluído, que ele só deve ficar e interagir com crianças com a mesma condição que a sua. Esse trabalho de aceitação que a própria criança aprende a desenvolver e o seu processo de autonomia vem juntamente com a inclusão, mostrando que ela é capaz e tem os mesmos direitos que os considerados normais. (MIRANDA e RIBEIRO, 2018)

7- CONCLUSÃO

Com o presente estudo fica evidente a importância do psicólogo no processo de inclusão escolar do aluno com deficiência intelectual e transtorno do espectro autista. O psicólogo auxilia no desenvolvimento e aprendizagem do aluno de acordo com o transtorno apresentado.

O tema abordado é de suma necessidade no contexto de inclusão seja no ensino regular como no especial. O trabalho do psicólogo juntamente com a equipe multidisciplinar contribui para a formação dos indivíduos no contexto escolar e social. Nas pesquisas ficou claro que existe a necessidade de mais estudos abordando a inserção do psicólogo na educação mediante a inclusão escolar e sua importância ao longo do processo de aprendizagem.

O tema em questão trouxe interesse para serem realizadas pesquisas futuras a fim de corroborar para o aumento de informações à cerca da temática onde é algo que está em constante desenvolvimento no campo da educação.

Finalizamos ressaltando que a psicologia deve cada vez mais promover ações em instituições escolares buscando conscientizar o processo inclusivo. O projeto de lei

“LEI Nº13.935, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2019 que dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica” é um avanço dentro da temática abordada, mesmo não sendo executada. Pesquisas futuras auxiliaram para a execução da mesma onde promovera melhora no processo de aprendizagem de alunos com deficiência intelectual e transtorno do espectro autista.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO AMERICANA DE PSIQUIATRIA. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais** – (DSM – V.), 5. Ed. Porto Alegre: Artmed, 2014, pág. 31-59.

A oferta de educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de 0 a 6 anos. Disponível em: <<https://escolasecreches.com.br/educacao-especial/index.htm>>. Acesso em: 25 set. 2020.

BRASIL. SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO. **RESOLUÇÃO SEE Nº 4.256/2020.** Disponível em: <[file:///C:/Users/Usuario/Downloads/4256-20-r%20-%20Public.10-01-20.pdf%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Usuario/Downloads/4256-20-r%20-%20Public.10-01-20.pdf%20(1).pdf)>. Acesso em: 26 set. 2020.

BRITO, Silvia Helena Andrade. **A educação no projeto nacionalista do primeiro governo Vargas (1930-1945).** Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/artigos_pdf/Silvia_H_A_de_Brito_artigo.pdf>. Acesso em 27 jan. 2020.

CAETANO, Nadja Carolina de Sousa Pinheiro; MENDES, Enicéia Gonçalves. **A atuação do psicólogo com pessoas com deficiência intelectual.** Disponível em: <<http://www.uel.br/eventos/congressomultidisciplinar/pages/arquivos/anais/2013/AT08-2013/AT08-017.pdf>>. Acesso em: 10 ago. 2020.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Código de Ética do Profissional do Psicólogo: Resolução CFP N. 010/05.** Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2012/07/codigo_etica.pdf>. Acesso em 15 ago. 2020.

DAZZANI, Maria Virginia Machado. **A Psicologia Escolar e a Educação Inclusiva: Uma Leitura Crítica.** Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-98932010000200011&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 29 maio 2020.

EDUCAÇÃO INCLUSIVA: CONHEÇA O HISTÓRICO DA LEGISLAÇÃO SOBRE INCLUSÃO. Disponível em: <<https://todospelaeducacao.org.br/noticias/conheca-o-historico-da-legislacao-sobre-educacao-inclusiva/>>. Acesso em: 26 set. 2020.

Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), **Lei N° 8.069 De 13 de Julho de 1990.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm>. Acesso em: 15 ago. 2020.

ROPOLI, Edilene Aparecida et al. **A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: a escola comum inclusiva** – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria da Educação Especial; [Fortaleza]: Universidade Federal do Ceará, 2010.

FRANÇA, Sebastião Fontineli. **Uma visão geral sobre a educação brasileira.** Disponível em: <http://ssystem08.upis.br/repositorio/media/revistas/revista_integracao/educacao_brasileira.pdf>. Acesso em 27 jan. 2020.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria. **Educação básica no Brasil na década de 1990: subordinação ativa e consentida à lógica do mercado.** Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v24n82/a05v24n82.pdf>>. Acesso em: 01 fev. 2020.

GARCIA, Mariane et al. **Escola pública de ensino fundamental i em presidente prudente-sp na república populista (1945-1964).** Disponível em: <<https://pdfs.semanticscholar.org/bfe2/bee6dd9a6bf0a85d33cff1b9db5d302bd902.pdf>>. Acesso em: 27 jan. 2020.

GARCIA, Rosalba Maria Cardoso. **Política de educação especial na perspectiva inclusiva e a formação docente no Brasil.** Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v18n52/07>>. Acesso em 29 jan. 2020.

MATTOS, Laura Kemp; NUERNBERG, Adriano Henrique. **A Intervenção do Psicólogo em Contextos de Educação Especial na Grande Florianópolis.** Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-65382010000200004>. Acesso em: 03 out. 2020.

MINAS GERAIS. Secretaria de Educação. **A EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA INCLUSIVA.** SEE/MG. Disponível em:

<file:///C:/Users/Usuario/Downloads/A_Educacao_Especial_Perspectiva%20Inclusiva_18cmx25cm.pdf>. Acesso em 27 set. 2020.

MIRANDA, Arlete Aparecida Bertoldo. **Educação especial no Brasil: desenvolvimento histórico.** Disponível em:

<http://scholar.googleusercontent.com/scholar?q=cache:0Oal_gchTPgJ:scholar.google.com/+educaca%C3%A7%C3%A3o+especial+no+brasil:+desenvolvimento+historico&hl=pt-BR&as_sdt=0,5>.

Acesso em: 29 jan. 2020.

MIRANDA, Fabiana Darc; RIBEIRO, Eveline Borges Vilela. **Psicologia e inclusão social de alunos com deficiência: A atuação do psicólogo na educação inclusiva.** Disponível em:

<<https://periodicos.fclar.unesp.br/doxa/article/view/11409>>. Acesso em: 15 ago. 2020.

OLIVEIRA, Juliana Thais; REIA, Letícia. **A Inclusão do Aluno com Deficiência Intelectual no Ensino Regular.** Disponível em:

<<http://www.unisalesiano.edu.br/biblioteca/monografias/61065.pdf>>. Acesso em: 05 jul.

2020.

ONZI, Franciele Zanella; GOMES, Roberta de Figueiredo. **Transtorno do Espectro Autista: A Importância do Diagnostico e Reabilitação.** Disponível em:

<<file:///C:/Users/Usuario/Downloads/979-984-1-PB.pdf>>. Acesso em: 07 set. 2020.

O que é educação especial e qual diferença para a educação inclusiva?. **Disponível em:**

<<https://barcelonasuperficies.com.br/blog/educacao-especial/>>. **Acesso em: 25 set. 2020.**

ROGALSKI, Solange Menin. **Histórico do surgimento da educação especial.** Disponível em:

<https://www.caxias.ideau.com.br/wpcontent/files_mf/f6c2ec65b238d0bd435622272470b9dd168_1.pdf>. Acesso em: 29 jan. 2020.

ROTHER, Edna Terezinha. **Revisão Sistemática x Revisão Narrativa.** Disponível em:

<https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-21002007000200001>.

Acesso em: 29 maio 2020.

SANTOS, Marta Souza et al. **O Autista no Contexto Escolar.** *Psicologado*, [S.l.]. (2013).

Disponível em: <<https://psicologado.com.br/atuacao/psicologia-escolar/o-autista-no-contexto-escolar>>. Acesso em: 07 set. 2020.

SILVA, Gleidson; AMORIM, Simone Silveira. **Apontamentos sobre a educação no Brasil colonial (1549-1759)**. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/inter/v18n4/1518-7012-inter-18-04-0185.pdf>>. Acesso em: 27 jan. 2020.

SILVA, Margleice Souza; SACRAMENTO, Sheila Janaina Santos. **Atuação do psicólogo escolar na inclusão de crianças com transtorno do espectro autista**. Disponível em: <https://semanaacademica.org.br/system/files/artigos/artigo_tea_3_1.pdf>. Acesso em: 05 ago. 2020.

A oferta de educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de 0 a 6 anos. Disponível em: <<https://escolasecreches.com.br/educacao-especial/index.htm>>. Acesso em: 25 set. 2020.